

Ter Espírito ou A Espiritualidade do último cortejo

Maria Luísa Malato Borralho *

— *O seu irmão é um homem agradável, Peggotty?* - *inquiri cautelosamente.*

— *Oh! O meu irmão é um homem muito agradável* - *exclamou Peggotty.*

(Charles Dickens in *David Copperfield*)

— *Quand dans un royaume il y a plus d'avantage à faire sa cour qu'à faire son devoir, tout est perdu.*

(Montesquieu in *Variétés*)

I — INTRODUÇÃO

Uma ideia surge recorrentemente ao longo das quase duas mil páginas das Memórias do Marquês de Fronteira e de Alorna: o do lento desmoronar do mundo que conheceu na infância, de um mundo que, não sendo idílico, mantinha coerência, ordem, e por isso também era harmónico. Não é surpreendente tal facto. As memórias, espelho de uma vida, são uma demanda do reencontro da ordem, e assim uma hierarquização de factos e personagens segundo o critério do memorialista, irremediavelmente impregnado dos arquétipos de um mundo que foi vendo derruir. O que nos surpreende é antes encontrar a qualidade de *ter espírito* como uma das características que mais frequentemente afere a bitola do Autor face às personagens que diante de si vão desfilando ao longo de uma vida. Ao referir-se, entre outros, ao Cavalheiro de Brito, nosso ministro em Paris nos turbulentos anos do exílio de D. Miguel, descreve-o D. José de Mascarenhas como dotado de “certa originalidade que caracterizava os velhos portugueses

* Universidade do Porto.

do tempo"¹, qualidade que se tornava rara na sua época, em que o indivíduo parecia irremediavelmente dominado pela sensaboria.

Esta expressão de aborrecimento do tempo presente, de perda de cor, de vazio de ideias ou de maneiras, de degeneração dos costumes, de decadência ², é um lugar-comum muito frequente em todas as épocas e lugares que não estejam arrebatados por um messianismo ou utopismo regenerador, optimista, maximalista — erupções de vitalismo na história dos povos que não é dado viver a todo o *Zeitgeist*. Assim, a degradação do espírito é um tópico. E o problema do tópico, do argumento, é sempre o seu grau de probabilidade, e não de verdade. Daí que se tenha sempre que pôr a questão, para cada lugar que se diz comum, se ele verdadeiramente o é ou não.

Propomo-nos, assim, averiguar da veracidade ou apenas plausibilidade deste tópico, não do ponto de vista da sua confirmação ou informação histórica, mas encarando o problema na dimensão do imaginário colectivo, digamos, avaliando da verdade mítica do tema da decadência espiritual nas suas diversas vertentes, no ambiente cortês dos finais do séc. XVIII.

Empreendimento hercúleo, e não podendo caber, obviamente, na economia deste estudo, restringi-lo-emos a dois pontos de apoio que, como quaisquer uns, são frágeis nódulos de equilíbrio: uma obra memorialista do século XIX, para intentar um conhecimento mítico do séc. XVIII (pelo menos); uma obra de um Grande do Reino, que nem sempre foi cortesão, para entender o espírito de corte ³. É esta obra, aglutinadora destes dois aspectos, a já referida *Memórias do Marquês de Fronteira e Alorna*.

II — O VELHO MUNDO

O nosso presente, deformado, vulgar e vulgarizado conceito de nobreza associa-a a corte. Não concebemos, senão numa languínqua reminiscência de nobres rurais arruinados ou de senhores feudais fantasmagóricos, uma

¹ D. José Trazimundo Mascarenhas BARRETO — *Memórias do Marquês de Fronteira e d'Alorna*, revistas e coordenadas por Ernesto de Campos de Andrada, Lisboa, Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 1986, vol. II, tomo III, p. 11. (Citaremos esta obra apenas como "Memórias").

² Cf., *inter alia*, Julien FREUND — *La Décadence. Histoire sociologique et philosophique d'une catégorie de l'expérience humaine*, Paris, Sirey, 1984.

³ Apesar de as Casas de Fronteira e Alorna serem tradicionalmente de corte (muitos dos seus membros foram vedores régios), e das mais antigas (recorde-se que, segundo a etiqueta de baptizados e funerais régios, D. José Mascarenhas ocupava o segundo lugar no transporte das insígnias), a desgraça da casa de Alorna parece ter-se prolongado ao longo do séc. XIX. Os marqueses de Alorna viveram prolongadamente exilados. D. José sempre recusou cargos públicos ou de corte, tendo sido pela primeira vez oficialmente cortesão em 1839, quando a Rainha D. Maria II o nomeou Oficial-Mor da Casa Real, e depois o escolheu para Governador Civil de Lisboa. Foi, porém, apesar deste relativo distanciamento da corte (*et pour cause?*) confidente da rainha, e assíduo frequentador do paço.

nobreza alheia ao voltar passivo em torno do sol da realeza na sua capital. Este lugar-comum deriva da centralização e do engrandecimento do poder real ⁴, da própria criação moderna do Estado, enfim, de múltiplos factores que conduziram à “urbanização” ⁵ e satelitização da nobreza.

Mas alguma coisa parece ainda distinguir, e desde sempre, a nobreza. Por um lado, o apego à tradição, à continuidade, ao valor do hereditário. Por outro, a sua riqueza de fundo agrário — o que também contribuirá para acentuar o seu telurismo, real ou imaginário.

Estes elementos caracterizadores relativamente universais estabelecem um diálogo algo complexo com o tempo moderno que criou o corrente retrato-robot de nobreza. Assim, o nobre cortesão encerra em si inúmeras contradições, fruto desde logo da sua dupla função de guarda e prisioneiro do rei.

1. A espada e o punhal

O aristocrata, *aristos* ⁶, o gume da espada — deixa, é certo, de viver tanto da sua espada. O monopólio estadual da violência ⁷, com a célebre proibição dos duelos que inspiraria o *Cid*, impõe-la embainhada a maior parte do tempo. Aliás, o que passa a suceder, é que o nobre vive doravante no fio da navalha, num equilibrismo difícil entre as suas raízes individualistas, autárquicas, rurais, agrícolas, guerreiras, um mundo em que ele era o melhor porque o mais forte, valente, decidido, e uma sua absorção por um universo completamente fundado noutros valores, em boa medida burgueses, em que a força dá lugar à argúcia, à arte da sedução, da persuasão. O que modera o individualismo numa intersubjectividade necessária e mais tolerante, obriga à sociabilidade e à policracia; é cidadina, comercial, e aparentemente pacifista porque dissimula a violência. O mundo do nobre “civilizado” deixa de ser o do risco, da aventura, da espada, do sangue e da honra, para se acomodar no salão da intriga, da lisonja, da conspiração, do punhal, do veneno e do minúete.

⁴ Ou papal. Se o modelo laico é o da corte Luís XIV, o papal é ainda mais remoto, e pode recuar à corte de Avinhão, em plena Idade Média. A corte portuguesa seguia, como é sabido, e de perto, a corte francesa. O marquês de Fronteira explicita: a corte francesa tinha “mais magnificência e etiqueta mas o serviço interno muito se parecia com o nosso.” *Memórias*, cit., parte III, vol. II, p. 23.

⁵ Werner SOMBART — *Amor, Luxo e Capitalismo*, trad. de Adília Agostinho Baptista, da versão espanhola, Lisboa, Bertrand, 1990, p. 10.

⁶ Sobre realeza e nobreza nos indo-europeus, cf. BENVENISTE — *Le vocabulaire des institutions indo-européennes*, II. *Pouvoir, Droit, Religion*, Paris, Les Editions de Minuit, 1969, pp. 85 ss. Particularmente sobre *aristos*, Idem — *Le vocabulaire des institutions indo-européennes*, I. *Economie, Parenté, Société*, p. 373.

⁷ Jorge de Figueiredo DIAS — *Direito Processual Penal*, Coimbra, Coimbra Editora, 1974, I vol., pp. 24 e ss.

2. *As vassalagens*

Esta oposição, essencial e fatal para o aristocrata, manifesta-se ainda noutras dimensões.

O conflito de deveres e de fidelidades é um tópico comum da nobreza, que assume muitas vezes uma expressão patética.

Vê-se o velho Afonso de Albuquerque lamentando-se “mal com os homens por amor de el-rei, mal com el-rei por amor dos homens”.

Lamoricière exprime-se já numa subtileza de níveis de fidelidade, citando Montluc: “Mon âme est à Dieu, mon épée est au roi, mais mon honneur est à moi, car le roi ne peut rien dessus.”⁸

É no seu contemporâneo Marquês de Fronteira que vamos encontrar um adágio rimado, ilustrativo do universal auto-conceito do nobre: “Fui franco com o duque. Disse-lhe que a minha vida era da Rainha, mas que a minha honra era só minha”⁹.

A saída para o dilema é de alguma forma suicida, pessoal, colectiva ou socialmente. O nosso Vice-Rei atalhará “Bom é acabar”. Para Lamoricière ou o Marquês de Fronteira o risco é o afastamento da corte, o que corresponde, em certa medida (e se bem que cada vez menos, dada a pluralidade crescente de “cortes”, de sociedades não centradas no monarca), à inexistência social do trânsfuga, mais do que ao isolamento ou à incompreensão.

3. *O rato do campo e o rato da cidade*

Bem podia ser a fábula de La Fontaine a alegoria de uma nobreza dominada por Luis XIV, aparada nas suas excrescências e reconduzida ao efeito estético como os jardins de Le Nôtre¹⁰. O nobre da província é aquele de quem se não fala, e quase não existe. O Marquês de Fronteira quase não alude a esses primos distantes, bizarros e bisonhos, afastados da moda e do espírito do século. Esses solícitos anfitriões que se excedem em amabilidades pela graça do aboletamento dos citadinos, e mudam de facção política pela inefável mostra de consideração que é um nobre da cidade os passar a tratar por “tu”. Durante a guerra civil, o Marquês de Angeja conquistava os

⁸ *Apud* Henri de GRANDMAISON — *L'Honneur jusqu'au déshonneur*, in “Noblesse Oblige. Les aristocrates aujourd'hui. Leurs valeurs, leur influence”, dirigé par Yan de Kerorguen et Olivier Poivre d'Arvor, “Autrement Revue”, Paris, n.º 89, avril 1987, p. 69.

⁹ *Memórias*, cit., parte VII, vol. IV, p. 397.

¹⁰ Deveras interessante se nos afigura a análise sociológica da literatura pastoril do séc. XVI, em que o topos da *aurea mediocritas*, imagem idealizada do campo, já sem referências reais, é a nostalgia da curialização da nobreza, em várias gerações. Cf. Norbert ELIAS — *A Sociedade de Corte*, trad. port. de Ana Maria Alves, Lisboa, Estampa, 1987, p. 183 e ss.

senhores minhotos dizendo-se seu parente, e tratando-os por “tu” — lisonja que constituía eficaz método para o alistamento no partido liberal. Tal método só fora excedido pelo pródigo tratamento de “excelência” atribuído pelo astuto angariador ao fidalgo da Brejoeira, “façanhudo miguelista” que assim se passou para a “causa da liberdade”...

Por baixo da simples ingenuidade dos fidalgos de província, parece poder descortinar-se uma sabedoria e uma sensibilidade que corresponde, em boa medida, a elementos do espírito nobre, ou seja, a uma forma de solidariedade que não é senão o espírito de classe. O provinciano absolutista tratado por “tu” por um representante dum poder em princípio estranho (até intruso e não legítimo) sentia-se mais confortado com a intimidade e o parentesco: afinal, ali havia gente dos seus, do seu sangue. E aquele que vê no mesmo partido “rebelde” gente tão bem educada que usa o “excelência”, não pode deixar de ficar tranquilizado pelas intenções ordeiras que assim se denotam.

4. *Coração de leão e Coração de raposa*

A única vez em que o Marquês de Fronteira esboça uma generalização crítica relativamente à realeza (não falamos em críticas pontuais, a reis ou à dinastia de Bragança) será quando o conselheiro Dietz, que havia educado a el-rei D. Fernando e a todos os seus filhos, é afastado da corte, tendo cedido a rainha a intrigas do barão de Rendufe. Não encontrou em Suas Magestades o mínimo sinal de comisseração, reconhecimento, e “saúde pelo mestre e fiel servidor”, nunca mais ouviu proferir o nome do preceptor, e comentou: “Nada descobri e confirmei-me na ideia, que tinha havia muito, de que o modo de sentir nos Príncipes é diferente do da outra gente.”¹¹

O episódio não se deve restringir talvez a uma opinião pessoal, antes é ele signo de uma classe¹². Com efeito, a submissão da nobreza tem certas regras de compensação. Desde os vários *espelhos de principes* até a obras literárias dedicadas a um público de corte, como as novelas de cavalaria, e a *Crónica do Imperador Clarimundo* muito em especial, se veicula uma nova ideologia centralizadora que tem como argumentos princípios da velha, baseada nos laços de fidelidade feudo-vassálicos. O nobre submete-se, deve

¹¹ *Memórias*, cit., Parte VII, vol. IV, p. 250.

¹² Um seu ilustre contemporâneo, o Conde de Lavradio, é até mais contundente: “Se os aplausos públicos algum prazer me causaram, dei-lhes contudo imediatamente o seu justo valor, pondo-os a par dos que havia recebido no Paço. Nada há tão parecido com os Reis como a população: não sei decidir quais excedem no artigo *ingratidão*! Falo por experiência própria.” (D. Francisco de Almeida PORTUGAL — *Memórias do Conde do Lavradio*, D. Francisco de Almeida Portugal, comentadas pelo Marquês do Lavradio, D. José de Almeida Correia de Sá, revistas e coordenadas por Ernesto de Campos de Andrada, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1932, parte I, vol I, p. 165.

ser fiel ao seu senhor, mas este deve reconhecer-lhe os serviços, premiar o seu valor, etc. Não se trata de favores, mas de obrigações mútuas.

Ecoa ainda o altivo juramento dos senhores de Aragão aquando da ligação com Castela, e não se olvide que o projecto de Código de Direito Público de Mello Freire, ainda (ou já) no séc. XVIII, apesar de profundamente centralizador e iluminista, reconhece os legítimos direitos dos vassallos às mercês régias.

A etiqueta da corte é, como muitos historiadores têm sublinhado desde os estudos de Sombart, uma forma de contenção da nobreza, um permanente reconhecimento da hierarquia. Mas tal não significa — e esse facto tem sido menos salientado — que ela não seja um campo de forças entre o rei e a nobreza, com relações de poder biunívocas. Daí que a etiqueta permita, pela sua imposição dogmatizadora, não só uma ordem e harmonia gerais do mundo, como ainda propicie múltipla imaginação transgressora e, parecendo mordalha do espírito, acabe por se revelar numa sua favorável inspiradora, se não mesmo instigadora. A cortesia é, para o Marquês de Fronteira, diferente da “cortesania”¹³, que é a mera lisonja ao rei.

5. A norma e a transgressão

Ter espírito é indissociável da etiqueta. Ela é a malha que permite as asas deste. Ou se quisermos, numa metáfora mais realista, o seu sistema nervoso. Não dá vida, mas é sinal de vida (de vitalidade), e condição *sine qua non* - na natureza social como na natureza biológica ou na física - para a manutenção de um sistema rígido, neste caso de um *manual* de boas maneiras. Seguir a etiqueta, tal como o ter espírito, não é uma atitude fútil ou útil. E nem a etiqueta limita decisivamente a individualidade, nem o ter espírito a garante. Há um ter espírito submisso e até de simples etiqueta. E há uma etiqueta absolutamente inatacável, mas com espírito. Ora, se os exemplos de submissão política escasseiam nas memórias deste cortesão do séc. XIX, já os episódios galantes aí ocupam um certo lugar. Veja-se o *calembour* do Conde da Redinha que indo um dia em passeio numa burricada acompanhando umas senhoras de boa sociedade, teve de responder a esta pergunta insólita: “ — Se V. Ex.^a não fosse Conde da Redinha, o que desejava ser ?” Ao que o cortesão retorquiu: “ — Burro, minha senhora, para gozar da companhia de V. Ex.^a.”¹⁴

¹³ A distinção é feita a propósito de um episódio do cerco do Porto, em que D. Pedro, jantando com os seus oficiais, criticava os que mais do que ele bebiam, e que era pouco. A um cortesão, aliás excelente apreciador da bebida de Baco, mas que aconselhava o Marquês a não beber mais do que um copo, respondeu este que o não faria, por considerar tal atitude uma lisonja hipócrita e “cortesana”. *Memórias*, cit., parte III, vol. II, p. 295.

¹⁴ *Memórias*, cit., Parte I, vol. I, p. 72.

Repetimo-lo: ter espírito nem sempre é submissão e que não nos engane a sua aparente futilidade. O espírito pode ser a pergunta incômoda, a resposta atrevida, a falsa ingenuidade, a que os ingleses chama “understatement”. E as suas figuras de estilo preferidas são escondidas pelo *jeu de mots*, o eufemismo e a ironia¹⁵. O facto de haver muito subentendido e muita dissimulação no espírito e na etiqueta tem contribuído para que ambos sejam confundidos apenas com a sua aparência. “A palavra *espírito* tem sido amesquinhada: fazem-no significar as saídas picantes da conversação engraçada, o *bon-mot*, o *lazzi*, a chalaça. Mas ele é uma mais alta entidade: é a crítica pelo riso; é o raciocínio pela ironia”, afirma Eça de Queirós.

Além disso, e completando a ideia do autor d’*Os Maias*, espírito e etiqueta não só são refinamentos e estilizações do pensamento e dos costumes. Ambos contribuem para a pacificação social e uma convivência mais fácil e menos agónica. Para D. José de Mascarenhas, tudo se pode dizer em sociedade, com *esprit* e polidez, e nunca nada sucede de extraordinário numa reunião social, pois tudo é comedido, controlado, e toda a violência e dissensão se esforça por se quedar não visível¹⁶. É realmente graças ao ritual da etiqueta e ao escape do espírito que o círculo infernal da corte (o *huít-clos* de que não se sai nunca) vai conseguindo manter-se. Compreende-se assim a necessidade vital de espírito e de etiqueta em todos os ambientes sociais fechados para além da corte, como os círculos diplomáticos. A contenção aristocrática é aquele *plaisir aristocratique de déplaire* de que falava Baudelaire.

Esta contenção permanente do aristocrata não é só social. É também estética. É ela que forma o seu conceito de bom gosto, que se confunde com a mesura — curiosamente significando quer o justo meio, quer o salamaleque. Exemplos de bom gosto são a simplicidade e a pureza de linhas da casa do duque da Terceira, a autenticidade da renda do barrete de dormir do fidalgo Constantino, a elegância da criada ao serviço do conde do

¹⁵ O primeiro, o *jeu de mots*, sob a aproximação de significantes, dissimula a diferença de significados. O segundo, o eufemismo, esconde, tal como o veneno ou o punhal, a violência dos significados. A terceira, a ironia, ao transferir para o leitor a responsabilidade de transformar a afirmação numa negação, ou vice-versa, desculpabiliza o Autor, que poderá dizer como a criança ou Adão : — Foi o gato! — Foi a serpente!. E poderíamos-nos alargar nesta estilística do mundo cortês. A litote, como contenção da explosão emotiva, o paradoxo, sobretudo nas antitéticas descrições dos outros cortesãos...

¹⁶ Numa ocasião em que estava em grande litúgio com os regeneradores (“estávamos completamente fora da sociedade e não íamos à corte”), foi convidado D. José para um “monstruoso jantar”. As salas estavam plenas de adversários. Contudo, afirma o memorialista: “Todos falaram a meu irmão (...) igualmente todos me falaram a mim (...)”. O jantar, apesar da má situação em que estávamos com os regeneradores, passou-se como é costume em boa sociedade.” *Memórias*, cit., Parte VIII, vol. IV, p. 426.

Sabugal, a excelência dos seus copeiros e cozinheiros ¹⁷. Exemplos de mau gosto são as grandes ramagens do vestido de uma condessa, o centro de mesa tilintante de bonecos da China de um fidalgo da província, ou a decoração da primeira residência de casado do próprio marquês de Fronteira ¹⁸. Interessa explicitar esta ideia de evolução ou aprimoramento do próprio gosto. Afinal, por que pecara ele? Arrumara no sótão os velhos móveis de família e comprara móveis de estilo moderno, de mogno. Substituíra o serviço das Índias pela faiança inglesa. E tinha comprado um vistoso *plateau* para centro de mesa. Etc. Em conclusão: fora bárbaro, porque renegara a tradição, a continuidade, o portuguesismo. E também o austero, clássico e castiço comedido.

Na vida social é de mau gosto não falar ou o excesso de palavras, próprio dos “secantes” ou dos “cometas” ¹⁹.

Mas também uma vez mais o bom gosto aristocrático é marcado pela transgressão, tal como o *esprit* ou a etiqueta. O nosso fidalgo — e parece que não era o único — é um atento observador do extraordinário, do pitoresco, em suma, do original. Não aprecia somente numa paisagem a variedade dos barcos ancorados no cais ²⁰, ou o variegado dos trajos dos camponeses ou dos cortesãos ²¹. Aprecia a extravagância da sua avó, a Marquesa de Alorna, montada num burro com um chapéu de palha que pedira de empréstimo a um pescador ²². Ou o chapéu branco, de abas verdes, que sempre ostentava o conde do Funchal ²³. Eles são gente de espírito e, como tal, a extravagância é-lhes permitida ²⁴.

6. “Diz-me com quem andas...”

Assim como a atitude extravagante tem um valor pejorativo ou não consoante o espírito da pessoa que a pratica, também a palavra espírito parece valer pelas qualidades que, com ela, se associam. Na prosa do

¹⁷ *Memórias*, cit., respectivamente parte VI, vol. III, p. 291, parte II, vol. I, p. 377-8 e parte I, vol. I, p. 116.

¹⁸ *Memórias*, cit., parte II, vol. I, p. 226.

¹⁹ *Memórias*, cit., parte II, vol. I, p. 397, p. 402, parte III, vol. II, p. 67 e *passim*.

²⁰ *Memórias*, cit., parte III, vol. II, p. 52.

²¹ *Memórias*, cit., parte II, vol. I, p. 246.

²² *Memórias*, cit., parte II, vol. I, p. 233.

²³ *Memórias*, cit., parte III, vol. II, p. 79.

²⁴ Aqui se denota um conceito de gosto aristocrático, não popular, pois que se permite na norma a sua transgressão, coisa que neste último seria impensável. Cf. a este propósito a referência de Bourdieu à definição de belo dada por Kant, em que se distingue o que agrada do que dá prazer. Pierre BOURDIEU — *La distinction. Critique sociale du jugement*, Paris, Les éditions de Minuit, 1985, p. V e *passim*.

Marquês de Fronteira — e seria pertinente se também na dos seus contemporâneos — a palavra espírito é polissémica, e o seu valor depende muito do contexto. Até do co-texto. Circunscrevendo-nos ao seu significado social, assinala-se o uso da expressão “bom espírito” ou do seu antónimo “mau espírito” para designar respectivamente boa vontade, ânimo ou má vontade, resistência. Veja-se o “mau espírito” dos eborenses face aos liberais ²⁵. Há também a “serenidade” ou a “grandeza” “de espírito”, que não são utilizadas para denotar a capacidade de acção, “presença de espírito”, mas antes a indiferença face a uma provocação ou a lembrança oportuna de um facto incómodo: situações de risco social.

Não se trata só de qualificação ou adjectivação do espírito. A determinação do tipo de espírito em causa pode decorrer da companhia substantiva com que ande. Assim, verificamos a ocorrência de algumas companhias mais frequentes, como a particularidade de serem tópicos de qualidades atribuídas a certas classes de pessoas. Um dicionário de ideias feitas, à maneira de Flaubert, não diria só “Diderot, seguido sempre de d’Alembert...” mas também que “graça e espírito” são próprio de senhoras, actores cómicos ou cavalheiros com veia humorística (mudando aqui o significado de “graça”), e “espírito e talento” pertencem aos mais instruídos, com indiferença de sexo, sejam eles poetas, frades, ou estudiosos em geral.

III — O NOVO MUNDO

Ao contrário dos historiadores e do que sofrem para a determinação das linhas de fronteira entre as épocas, o Marquês de Fronteira não parece ter experimentado a mais pequena dúvida sobre a data em que o mundo social português mudou. Estabelece-a no ano de 1846 ²⁶, no final do cabralismo, repetindo amiudadamente que a sociedade, antes, convivia mais, era mais animada, em Sintra ou em Lisboa. E não nos custa acreditar nesse facto, se recordarmos aquele baile em que se dançava sem música numa capital ameaçada pelas tropas miguelistas ²⁷, ou quando, em plena campanha militar, os oficiais recusaram um convite por estarem “fartos de festas” ²⁸.

²⁵ *Memórias*, cit., parte VII, vol. IV, p. 130.

²⁶ *Memórias*, cit., parte VII, vol. I, p. 43: “Triunfou o progresso político, mas retrogradamos muito no progresso civilizador (...) é preciso confessar que, do ano de 1846 para cá, a sociedade lisbonense muito perdeu da sua animação. Talvez que os cafés, as casas de pasto, os clubes, as lojas maçónicas e outras habitações proibidas estejam mais animadas, mas os salões da boa e primeira sociedade de uma capital como Lisboa estão desertos, escuros, e parecem enlutados.”

²⁷ *Memórias*, cit., parte V, vol. III, p. 19.

Que indícios se vinham insinuando já, de antes, para que se consumisse uma tal mutação?

1. *A passividade cultural*

Observemos as brincadeiras das crianças, do pequeno Marquês de Fronteira e de seus irmãos. Vemo-los brincar com comuns baloiços, fazer míticas explorações nos jardins, montar uma pequena catedral onde rezavam missa, mas também iniciar-se em novas e proibidas recreações: as actuações cénicas. “O nosso maior desejo era arranjar um teatro. A igreja começava a enfasiar-nos”²⁹. Furtivamente, pois o preceptor, padre Allen, era um feroz antagonista dos teatros, conseguiram as crianças ensaiar nada menos que três pequenas peças. A altura escolhida para tais transgressões foi, evidentemente, o Entrudo. E o êxito foi tamanho que até mesmo os vizinhos frades de S. Domingos encheram a sala, “retirando-se muita gente por não ter lugar”³⁰. Na mesma época, a viscondessa de Balsemão escreve peças para serem representadas pelos seus netos.

Nas brincadeiras das crianças se reflectem, por refração, as actividades culturais dos adultos. Ora o que vai suceder é que este amor pelo teatro deixa progressivamente de ter lugar no salão mais ou menos literário. Será exclusivamente a ida ao teatro, o consumo do que outros criaram e encenaram. Os pequenos Mascarenhas *fazem* eles próprios um espectáculo, mas os adultos deixarão cada vez mais de se arriscar sequer ao epigrama de salão.

À mingua de participação e criatividade, definha a sociabilidade. Coisa curiosa para quem cuidasse que esta era um baile de máscaras sem verdadeira personalidade. Assim se poderia mais uma vez demonstrar que a sociabilidade não é um ritual ou um conjunto de ritos esvaziados de sentido.

2. *A exteriorização cultural*

A casa do nobre deixa de ser a sua pequena corte, para passar a ser o seu castelo, melhor, a sua torre de marfim. Já não conversa no salão, mas discute no café. Não organiza o divertimento, é divertido por outros, que lho organizam. Os salões da Marquesa de Alorna são vistos pelo neto como sinais de uma certa teimosia, numa época de penúria financeira³¹. E se esta recebia até Bocage³², os frequentadores de salões do início do século XIX

²⁹ *Memórias*, cit., Parte I, vol. I, p. 126.

³⁰ *Memórias*, cit., Parte I, vol. I, p. 127.

³¹ *Memórias*, cit., Parte VI, vol. III, p. 262.

³² *Memórias*, cit., Parte III, vol. II, p. 158.

pareciam ter “extravagância” distinta da dos *habitués* do café ³³. E se a destes cresce, a daqueles diminui.

3. Interiorização dos acontecimentos familiares

Não são só os jantares, os bailes e os salões que vão decrescendo em número e em fausto. É sobretudo o facto de os acontecimentos familiares, como baptizados, casamentos, funerais (exceptuando o caso dos reais) terem progressivamente abolido certas manifestações mais evidentes da etiqueta, da pompa, e do seu carácter público. D. José de Mascarenhas diz expressamente, referindo-se ao casamento do Conde de Castelo Melhor, que “as ruas estavam cheias de povo e as janelas guarnecidas de senhoras. Naquele tempo, os habitantes da capital tomavam parte nas festas de família da aristocracia e faziam-lhe distinções de que eu mesmo me maravilho hoje. Uma das legiões tinha formado alas no passeio público, junto à casa dos noivos ! Tal era o prestígio e consideração de que então gozava a nobresa !” ³⁴.

O próprio Marquês de Fronteira, quando nasce a sua única filha, rompe dois pontos fundamentais da etiqueta: não a baptiza nas quarenta e oito horas seguintes, porque deseja, ao contrário do costume, que a mãe esteja presente ao acto; e circunscreve os convidados da festa aos parentes mais próximos.

4. A nobreza cedendo ao espírito laicista

A associação dos nobres e dos clérigos era secular. Bom testemunho de tal facto era a ligação da casa de Fronteira com os frades dominicanos seus vizinhos em Benfica. Pois com os tempos revolucionários, mantendo-se embora a convivência social, foi desaparecendo o seu carácter público. A ponto de se ter extinguido naturalmente e por desuso uma festa muito concorrida e animada, as *domingas* de Maio, em que ambos os “clãs” concorriam com as suas “multas” e “prendas”, e em que havia, como numa feira, ampla participação popular ³⁵.

³³ Cf. *Memórias*, cit., Parte I, vol. I, p. 87: “O Marquês de Niza não era um extravagante do Marrare ou Nicola: era um extravagante de boa sociedade.”

³⁴ O Marquês de Fronteira recorda-se de, já na sua infância, ter assistido ao casamento do Conde de Castelo-Melhor, que apesar de ter a casa em ruínas mimoseou a capital com um dos últimos consórcios “com etiqueta aristocrática e magnificência nunca mais vista”. O noivo usava um fato de diamantes, e as carruagens, ricamente decoradas, eram inúmeras. *Memórias*, cit., Parte I, vol. I, pp. 88 e 104.

³⁵ *Memórias*, cit., Parte I, vol. I, p. 80 ss.

A expulsão dos frades, depois da guerra civil, aumentou o fosso já anteriormente cavado pelos fervores maçônicos. E não esqueçamos o desaparecimento dessa tão importante manifestação cultural, os outeiros, de que D. José ainda nos dá alguns exemplos durante toda a primeira metade do séc. XIX ³⁶.

De sublinhar ainda a nova face da Igreja: não só da notícia daquele padre que, inflamado pelas novas ideias, “era indiferentista em matéria de religião” ³⁷; mas daquela imagem do Papa Leão XII como governante democrático e liberal. Ou no tempo que demoravam os sermões em Roma, brevíssimos para não cansar a audiência... ³⁸

5. As disciplinas do cortesão

Apesar do estranho preceptor inglês dos pequenos irmãos Mascarenhas, maníaco da ciência e do que se fazia além-fronteiras, e tendo o Latim e o Francês como inutilidades, adversário dos palcos, e que poupava lavagens dos pés para efeitos terapêuticos, a educação de um jovem fidalgo parecia invariavelmente circunscrever-se ao conhecimento do Latim, da História e da Geografia ³⁹ e cada vez mais do Francês. Lembramo-nos ainda daquele moço a quem D. João teria dado contrafeito um lugar na Corte por o achar ignorante, desconhecendo umas coplas do célebre Manrique que começavam *Recuerde el alma dormida* ⁴⁰. Mas seriam estas as boas referências necessárias para a sua sobrevivência no séc. XIX? Os episódios narrados parecem dizer-nos que não. Atentemos no exemplar “Ministério

³⁶ *Memórias*, cit., v.g., parte II, vol. I, p. 365-6. Registe-se ainda um baile entre senhoras e freiras com trajes militares (*idem*, p. 373) ou a internacionalmente citada ligeireza das freiras de S. Gonçalo, na Ilha Terceira (parte IV, vol. II, p. 221).

³⁷ *Memórias*, cit., parte VI, vol. III, p. 300.

³⁸ *Memórias*, cit., parte III, vol. II, p. 85 ss. e p. 92.

³⁹ Nas *Memórias* (parte I, vol. I, p. 145) refere-se a importância que a velha Marquesa de Alorna conferia ao estudo da geografia. A educação do Padre Allen, pedagogo maníaco da ciência que considerava frívolos o latim e o francês, parece ser considerada por todos uma excentricidade. Não deixa de ser curioso verificar que as chamadas “bernardices” ou “boutades” de cultura quase se restringem às histórico-geográficas. Tal é o caso daquele jantar em Alcobaça em que, afirmando o Abade Geral que sabia de fonte segura ser a salvação de Napoleão a descoberta de um caminho por terra para Inglaterra, obteve como confirmação o dito de um frade de que o tinha lido num autor francês. *Memórias*, Parte II, vol. I, p. 426. Ainda a este propósito, não deixamos de achar muito curioso que, segundo o depoimento de uma aristocrata francesa do séc. XX, Marguerite de Rohan Chabot, fosse imperdoável no seu colégio de meninas fidalgas ter más notas a Geografia, História, Francês, Inglês e, embora em menor grau, a Latim (in “Noblesse oblige.....”, cit., p. 27).

⁴⁰ Anon. — *Ditos Portugueses dignos de memória. História íntima do século XVI*. anotada e comentada por José Hermano Saraiva, Lisboa, Publ. Europa-América, s.d., p. 45.

Primavera“, nome que foi dado a um governo de intelectuais, no desespero já de se encontrar estabilidade para o país. Era ele formado pelo Barão da Luz, pelo Barão de Almofala, pelo astrónomo Franzini, que frequentemente discutiam no conselho de ministros em Latim, parecendo em tudo — e no dizer do próprio Franzini — uma perfeita academia, e intimidando os demais, que nada entendiam. Um dia, o astrónomo gritou aos colegas que tinham chegado notícias importantes de Sintra, e julgando ingenuamente estes que se tratava de notícias eleitorais daquela circunscrição, foi-lhes mostrado um relatório do boticário Pinto daquela vila, que afirmava terem caído vinte mil pipas e doze almudes de chuva ⁴¹. Num jantar de homenagem ao novo almirante inglês, ficou o ministério calado, porque não era forte em línguas estrangeiras, dando azo ao comentário do britânico, depois de terem os ministros abandonado o barco em que se realizou o banquete: “— Não falam, não comem, não bebem, não fumam ⁴². O que querem fazer com esta gente ?“ ⁴³.

Os tempos iam maus para o Latim e a História e também para a etiqueta. A ausência da corte no Brasil e a vinda do rei D. João VI em pleno fragor revolucionário, impôs uma democratização abrupta da corte de Lisboa. O ataque à etiqueta era cerrado. Falava-se em recusar o beija-mão, primava-se pela negligência no vestuário ⁴⁴, destruía-se a forma, esperando fazer ruir com ela o espírito. E a quebra da etiqueta é consequência directa da real subordinação do rei ao parlamento, embora o vocativo de “V.M.” haja sido utilizado neste não para o rei, mas para o presidente das cortes, numa clara confusão do velho e do novo, que a etiqueta sempre tem dificuldade em integrar ⁴⁵.

D. João VI ripostaria também com a arma da etiqueta. Despede-se do chefe do exército com o santo. Logo na primeira terça-feira, restabelece as

⁴¹ *Memórias*, cit., Parte VII, vol. IV, p. 270 e ss..

⁴² Parece, na verdade, que este é mal constante de muitos intelectuais. A avaliar pelos cálculos de Bourdieu, os professores, v.g., dispendem, menos do que qualquer outro grupo social estudado - quadros superiores, profissões liberais, engenheiros, industriais e comerciantes - em gastos alimentares e bebidas. BOURDIEU — *op. cit.*, p. 202 et sq. .

⁴³ *Memórias*, cit., parte VII, vol IV, p. 273-4.

⁴⁴ *Memórias*, cit., Parte VI, vol. III, p. 137, 146, 212. A moda dos *exaltados*, por oposição ao grande uniforme dos *ordeiros*, eram a sobrecasaca, ou a casaca preta com lenço preto, muitas vezes acompanhada pelas “botas por engraxar e a barba por fazer”. De salientar a este propósito o quanto o aristocrático Marquês de Fronteira, que fez inicialmente parte dos *exaltados*, se sentia acanhado com as “maneiras rústicas” e o modo de trajar dos seus correligionários.

⁴⁵ Cf. José de ARRIAGA — *História da Revolução Portuguesa de 1820*, Porto, Livraria Portuense, 1887, vol. II, p. 530. A confirmar esta democratização abrupta está o comentário do abade Correia da Serra que, ao regressar dos EUA, e depois de haver lido a Constituição de 1822, a achou mais democrática que a americana (*Memórias*, cit., parte II, vol. I, p. 298).

audiências públicas. A primeira, o santo e a senha, não é menos que o *símbolo* (etimologicamente também a união das duas partes) da fidelidade e controlo das forças armadas da nação. A segunda, o contacto com o povo sem a mediação do Parlamento.

O que decide da sobrevivência de um governo passa a ser, não a confiança do Rei, mas a sua capacidade de resistir aos ataques do Parlamento. O antigo cortesão não tinha sido treinado para as lides oratórias da assembleia, mas para os bons ofícios de corredores, câmaras e chancelarias. Era-lhe exigido agora o contrário da mesura e da discrição a que tinha sido habituado. Doravante era necessário o pulmão forte do advogado e a sua retórica para convencer. Era necessário lutar não contra intrigas de salão, mas contra calúnias de jornais. Mais do que História, seria necessária essa “economia política” que fez furor de modernidade e passou a ser ensinada na universidade e em vários cursos. E nessas táticas não eram especialistas os nossos titulados.

Com o tempo, vai-se alargando a sociedade cortesã, a ponto de os frequentadores do paço não serem já escolhidos pela Rainha mas pelos seus ministros⁴⁶. Fala-se de um estranho baile no real palácio de Belém, organizado pelo duque de Saldanha, e para o qual foram convidados ferozes antagonistas da Rainha.

Mas subtilmente encontrar-se-á nas apreciações de D. José de Mascarenhas uma distinção entre as duas gerações de liberais exaltados. Enquanto os primeiros contavam com homens de muito talento e instrução, os melhores, já os segundos lhe pareciam menos merecedores dos lugares que ocupavam. E a diferença estabelece-se especialmente na vida social. É que em 1820 era ainda possível à boa sociedade aristocrática manter-se à parte, fechar as suas portas aos recém-chegados. Agora, a aristocracia está decisivamente derrotada. É ela que cabisbaixa terá que se submeter à nova ordem, e afinal registar que num jantar hostil todos foram simpáticos.

O poder da nobreza foi sendo subvertido. Primeiro, com o pareato, que inicialmente encarou como uma honraria, a ponto de usar fatos em que bordou ostensivamente as palavras “Par do Reino”, num derradeiro e desesperado esforço para se distinguir. Depois, tudo ficou claro e sobreveio a desilusão com as “fornadas de pares”. É, para o nobre, um mundo às avessas. Daí que a velha Marquesa de Alorna, *compreensivelmente*, se tenha zangado com o neto por ele ter acedido a ser deputado, ou se tenha indisposto com o Duque da Palmela porque na câmara respondeu a uma interpelação do Doutor Barjona, ripostando que se fosse ao duque punha fora do Parlamento o dito, em nome da Rainha⁴⁷.

⁴⁶ *Memórias*, cit., Parte VIII, vol. IV, p. 438.

⁴⁷ *Memórias*, cit., Parte VI, vol. III, p. 264.

Esta anulação da nobreza é simbolizada pelas mudanças de casa do Marquês de Fronteira. Tinha deixado a sua residência em Benfica pela de S. Pedro de Alcântara, mais pequena, mas mais central, mais próxima das Cortes, que não da Corte. Vai depois ser obrigado a transitar de novo para Benfica, para escapar às ameaças, às manifestações à porta, que nos seus tempos de oposição o importunavam. E não podemos deixar de recordar o velho *topos* clássico do elogio da Aldeia, por oposição à Corte, agora retomado a propósito da viúva de um seu amigo que “feita para a corte muito mais que muitas senhoras que na corte nasceram, tem sido forçada a viver na aldeia, por falta de meios, com mais prejuízo da corte que dela, porque a aldeia, vendo-se filosoficamente as coisas, vale mais do que a corte.”⁴⁸

IV — A NOVA ARISTOCRACIA

Nada é inteiramente novo debaixo do sol, nada envelhece nem morre sem apelo. Na sociedade, como na natureza, apenas tudo se transforma.

O parlamentar conservou os horários da nobreza, os seus lugares, apenas adicionou um plural à Corte, apropriou-se do Espírito Santo na Constituição, e criou não ainda um novo-rico, mas um novo aristocrata. Mantém-se assim, tanto quanto possível, tempo, espaço, personagens.

É necessário, apesar de tudo, que permaneçam algumas regras de etiqueta, pelo menos para o corpo diplomático. Onde acabam por se refugiar, aliás, muitos aristocratas. Mas se o mundo da diplomacia se manteve mais protegido das violentas mudanças do comportamento colectivo, não deixou de ser por elas abalado⁴⁹. Manuel de Castro, que é afastado do governo por pressões do ministro de Inglaterra, pelos maus hábitos que ostentava, prova bem a influência da magistratura moral da diplomacia, mesmo da estrangeira — e sobretudo da Inglesa. Júlio Gomes da Silva Sanches, que foi ministro do reino tantas vezes quantas quis, é o modelo do futuro cortesão, para o que se foi preparando, a apurar a *toilette* e a etiqueta, “que foi uma desgraça para ele: ficou num desalinho tal, que todos se espantavam dos maus coletes de cetim com grandes ramos, das gravatas de seda, para substituir as de cassa e

⁴⁸ *Memórias*, cit., Parte VI, vol. III, p. 285.

⁴⁹ Com algumas más experiências. A reforma do corpo diplomático de Silvestre Pinheiro, substituindo alguns já conceituados Ministros Plenipotenciários por Encarregados de Negócios ou até meros Consules, revelar-se-ia desastrosa, desde logo porque, retaliando, os governos europeus passaram a nomear igualmente consules para Lisboa (vide referência a esta medida política em *Memórias*, cit., Parte II, Vol. I, p. 266). Mas a onda era geral: também depois a França republicana colocaria em Portugal um embaixador que servia o café, de máquina!, com as mangas arregaçadas: “o episódio do café era o menos diplomático possível e o mais burguez que se pode imaginar” (*op. cit.*, Parte VIII, Vol. IV., p. 341).

das luvas de seda transparente, triste economia para evitar a despesa das luvas de pelica. Pôde vencer alguns defeitos da primeira educação campestre, mas nunca perdeu o mau hábito de se assoar com as duas mãos e de guardar o palito por muitas horas depois de jantar. Estas pequenas faltas que, no entanto, denunciavam o pouco hábito do mundo, tornavam-se notáveis na corte da Rainha D. Maria II. Mas tanto teimou o ilustre ministro do reino daquela época, que estabeleceu o triste precedente e deu a moda: a maioria dos cortesãos do augusto filho da Rainha D. Maria II assoam-se segundo o exemplo do antigo ministro, e palitam os dentes por horas esquecidas depois dos grandes banquetes reais. Eu mesmo, que faço estas inocentes observações, quando tenho a honra de concorrer aos reais banquetes, sigo as modas introduzidas pelo meu antigo companheiro de emigração, Júlio Gomes da Silva Sanches, para não escandalizar os meus colegas. Já me assoou com as duas mãos e guardo o meu palito por horas esquecidas.”⁵⁰ É este Júlio o “novo aristocrata”, como lhe chamava Leonel Tavares, receoso de que este setembrista fosse um espião da Rainha nas forças progressistas anti-democráticas.

Deve todavia salientar-se que o espírito é uma essência de que, em certos Pentecostes, usufruem os eleitos. Já que, agindo sensivelmente da mesma forma que o desventurado e plebeu Júlio, o aristocrata Marquês de Lavradio é subtil e ironicamente considerado (apenas ?) um *extravagante*.

⁵⁰ *Memórias*, cit., Parte VI, vol. III, p. 242 ss. TARDE — *As leis da imitação*, trad. port., Porto, Rés, s.d., para o fenómeno da imitação em geral, e especificamente para a imitação dos comportamentos das classes superiores (max. Capítulo III, p. 83 e ss.).